

## NOTAS SOBRE RODAS DE CONVERSA SOBRE ABUSO SEXUAL E RELACIONAMENTOS ABUSIVOS ENTRE HOMENS

João Filipe Araujo Cruz

*Universidade de São Paulo*  
*joao.filipe.cruz@usp.br*

### Resumo

O presente texto expõe algumas reflexões sobre três rodas de conversa entre homens que relacionam-se afetivo-sexualmente com outros homens, sendo duas sobre consentimento e abuso sexual e uma sobre relacionamentos abusivos. Acredito que tais espaços são privilegiados para o “trabalho do tempo”, conforme formulação de Veena Das. Sob tal perspectiva, as rodas constituem espaços nos quais os sujeitos podem expor experiências particulares e confrontá-las, e, ao fazê-lo, podem construir significados comuns. Neste processo, de elaboração de significados compartilhados socialmente, categorias de violência podem ser questionadas, ressignificadas ou mesmo criadas. Deste modo, o sofrimento aliado a certas experiências, que até então não possuía inteligibilidade social, passa a poder ser lido como resultado de violência.

**Palavras-chave:** sofrimento; memória; trabalho do tempo; violência entre homossexuais; relacionamentos abusivos.

### Introdução

Após uma conversa entre amigos sobre abuso sexual entre gays, no fim de 2015, passei a interessar-me progressivamente por discutir o modo como homens relacionam-se afetivo-sexualmente. Assim, ao longo de 2016 e 2017, dediquei considerável esforço para discutir questões como consentimento, abuso sexual e relações abusivas entre homens. De início, interessava-me chamar atenção para a necessidade de haver discussões em torno de tais questões, que à época pareciam-me quase inexistentes, de modo que organizei 3 rodas de conversa<sup>1</sup> - sendo as duas primeiras sobre consentimento e abuso sexual e a última sobre relacionamentos abusivos - e escrevi dois textos<sup>2</sup> que foram publicados nos portais *Os entendidos* e *Esquerda Online*, organizei uma semana de debates, na Universidade de São Paulo, intitulada “LGBTs e Violências” e gravei o vídeo “Relacionamento abusivo entre gays?” para um canal no YouTube<sup>3</sup>. Aqui, neste texto, busco refletir mais especificamente sobre as três rodas de conversa.

---

1 A primeira roda foi organizada por Alex Salto e João Filipe Cruz, em 23/10/16, em um apartamento no centro da cidade de São Paulo; a segunda por João Filipe Cruz, em 31/10/16, no XIV Encontro Nacional em Universidades sobre Diversidade Sexual e de Gênero (ENUDSG), realizado na Universidade Federal de Rio Grande (FURG); e a última por Alexandre Martins, Guiga Lemos e João Filipe Cruz, em 17/11/16, na Universidade de São Paulo (USP).

2 O primeiro texto busca expor, de modo bastante embrionário, algumas questões resultantes da conversa entre amigos gays. No segundo, escrito com Alexandre Martins, referimo-nos à invisibilização de certas experiências violentas sofridas por LGBTQs na esfera privada e postulamos a necessidade de discutir coletivamente tais questões. Tendo a vê-los como convites à discussão. Cf. CRUZ, 2016; e MARTINS; CRUZ, 2017.

3 O evento “LGBTs e Violências”, contou com a mesa “Violência entre LGBTs: interseccionalidade e afetividades” e foi organizado por Alexandre Martins, Ivo Soares e João Filipe Cruz. O vídeo foi gravado com Leonardo Rudi.

Parto do entendimento de que a violência é fenômeno aberto à disputa por significados, e, por isso, pareceu-me interessante voltar-me para um processo no qual os sujeitos empreendem tal disputa e constroem significados compartilhados. Assim, refletir sobre as rodas de conversa, permitiu-me percebê-las como espaços privilegiados para a disputa por significados e para a ressignificação ou mesmo para a elaboração de categorias de violência. Em tais espaços os sujeitos puderam falar e ouvir, puderam partilhar experiências particulares e, ao fazê-lo, por meio da discussão, atribuíram a elas significados compartilhados. É em torno de tal processo que me deterei neste texto.

## **Metodologia**

Considerando que organizei e participei das rodas de conversa, a autoetnografia<sup>4</sup>, técnica que, ao tomar o próprio sujeito objetivante como objeto de conhecimento<sup>5</sup>, exacerba a fragilidade da dicotomia entre sujeito/objeto, parece ser o método mais adequado para levar a cabo meu intento. Assim, neste texto, fazendo uso do método autoetnográfico, irei valer-me do recurso à minha própria memória e do recurso a entrevistas realizadas com 3 participantes das rodas. Por um lado, as entrevistas visam matizar a construção da memória referente às rodas de conversa, ou seja, confrontar diferentes versões, oriundas de diferentes pontos de vista, não para expressar a “versão real”, mas uma versão multisituada. Por outro, visam permitir acessar as narrativas de outros sujeitos sobre suas próprias experiências durante as rodas de conversa, o que permitirá compará-las entre si e também com a minha própria experiência. Ao longo do texto irei sempre deixar claro, ao referir-me a falas ditas durante as rodas de conversa, quando tiverem sido proferidas por mim. Aos outros participantes será garantido o anonimato, sendo que serão referidos genericamente pelo termo “participante”; os entrevistados serão diferenciados por números (“entrevistado 1”, “entrevistado 2”, etc).

---

4 A autoetnografia, de acordo com Ellis et al (2015), é uma técnica de pesquisa que busca descrever e analisar de forma sistemática a experiência pessoal em busca de compreender a experiência cultural. Os autoetnógrafos reconhecem as inúmeras maneiras que a experiência pessoal influi no processo de investigação e, assim, jogam luz à subjetividade, à emotividade e à influência do investigador em seu próprio trabalho. O autoetnógrafo irá escrever sobre suas experiências passadas de forma seletiva, valendo-se para tal não só de suas memórias, mas de entrevistas, fotografias, revistas, gravações, etc, que o ajudem a recuperar suas recordações. Ao fazer autoetnografia, o pesquisador escreve retrospectiva e seletivamente sobre epifanias, não só relatando suas próprias experiências, mas também analisando-as valendo-se de ferramentas teóricas e metodológicas. Para tanto, é necessário comparar e contrastar a experiência pessoal com pesquisas já existentes, entrevistar membros de uma cultura, analisar artefatos culturais relevantes, etc.

5 Conferir, por exemplo, os trabalhos de Donna Haraway (1995 [1988]), “*Saberes localizados...*”, sobre a localização da produção de saberes e sobre o privilégio de uma perspectiva parcial; de Howard Becker (1967), “*De que lado estamos?*”, sobre a inexistência de uma produção acadêmica neutra ou desinteressada; e de Pierre Bourdieu (2001, 2004), “*Meditações Pascalianas*” e “*Para uma Sociologia da Ciência*”, sobre a objetivação do sujeito objetivante.

## **Sobre o sofrimento e sobre a violência**

O recurso a noções como “dor”, “sofrimento” e “violência” foi constante entre os participantes das rodas de conversa, e, justamente por isso, é muito importante questioná-las. Ao propor o questionamento de tais noções, parto do entendimento de que o real só se constitui como realidade pela mediação da ordem simbólica, que permite que a realidade seja compartilhada por uma comunidade social determinada. Ou seja, a realidade é uma construção histórica intersubjetiva e simbólica, sendo os sujeitos ao mesmo tempo seus artífices, seus suportes e mediadores para a sua transmissão (BIRMAN, 2001; SARTI, 2001).

Tal entendimento nos remete a Durkheim e sua discussão sobre representações coletivas<sup>6</sup>. Segundo Durkheim, o sistema de conceitos que utilizamos na vida cotidiana é constituído pelo vocabulário de uma língua, de modo que a linguagem e, portanto, o conjunto de conceitos a ela associados, trata-se de uma elaboração coletiva, bastante duradoura, que expressa a maneira pela qual a sociedade em seu conjunto representa o real. Assim, as noções que correspondem aos diversos elementos da língua são denominadas *representações coletivas*, sendo que para o autor alguém que não pensasse por meio de conceitos “não seria um ser social”, pois “reduzido a meros perceptos individuais, ele não se distinguiria do animal” (DURKHEIM, 2003, p. 488).

Neste sentido, poder-se-ia afirmar que nenhuma atividade humana pode prescindir de dimensão social, e, conseqüentemente, que a violência, por exemplo, não é um fenômeno objetivo, mas sim um fenômeno que para fazer sentido precisa que seu significado seja socialmente compartilhado (CARDOSO OLIVEIRA, 2008). Dito de outro modo: a violência é contextual, histórica e socialmente determinada. Mesmo a violência física depende de simbolização para que determinado ato possa ser considerado violento. É por isso, por exemplo, como nos mostra Daniel Simião (2006), que em meados da década passada a violência doméstica foi “inventada” no Timor Leste. Até então, tais agressões físicas possuíam um significado particular e respaldo social, mas passaram, a partir especialmente da atuação de movimentos em prol dos direitos das mulheres, a ser lidas como violência doméstica e a ser recriminadas socialmente. Assim, mudou o sentido dado ao ato de agressão e assim também mudaram as suas conseqüências.

Ou seja, para que determinada situação seja entendida como violenta é necessário que haja reconhecimento social de que determinados atos constituem abusos. Trata-se do estabelecimento

---

<sup>6</sup> Para Sarti (2001, nota 1), a formulação, em *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, ainda que tardia na obra de Durkheim, da sociedade como ordem simbólica, abriu caminho, pela via da simbolização, para a articulação entre a dimensão social e a individual, posteriormente levada a cabo por Marcel Mauss. Segundo a autora, ao conceber a realidade social como um universo simbólico Mauss ressaltou o caráter inconsciente dos costumes, inadvertidamente introjetados pelos indivíduos, entendendo o costume como da ordem da linguagem, visto que os agentes não têm consciência de suas regras. (SARTI, 2001, p.6).

dos limites a partir dos quais a sociedade e os indivíduos que nela vivem não toleram determinado ato e o nomeiam como violência. Se o ato de nomeação não instaura o sofrimento, uma vez que este já estava presente, dá-lhe um lugar de inteligibilidade (SARTI, 2016, p.309). Na falta de significações socialmente compartilhadas cada sujeito irá erguer fronteiras entre o que considera violento e aquilo que sequer chega a considerar problemático (FACCHINI e FRANÇA, 2013).

A busca por lidar com o sofrimento associado à violência supõe a referência ao sistema simbólico no qual tais noções estão inseridas. Sob tal perspectiva, a figura da *vítima*<sup>7</sup> emerge e constitui uma forma socialmente inteligível de expressar o sofrimento associado à violência, legitimando demandas e ações sociais de reparação e cuidado. Para Cynthia Sarti (2011), a expressão do sofrimento associado à violência coloca em jogo a tensão entre a dimensão subjetiva do sofrimento e as (im)possibilidades sociais de sua expressão (SARTI, 2011, p. 57). No caso de experiências de sofrimento associado à violência, ao sofrimento causado pela violência soma-se, muitas vezes, o sofrimento devido à falta de meios para expressar a dor. Um lugar de inteligibilidade e escuta para o sofrimento requer, como condição de sua possibilidade, o reconhecimento social dessa violência (SARTI, 2014, p. 81).

A expressão dos sentimentos, inclusive da dor/sofrimento, rege-se por códigos culturais, constituídos pela coletividade, que sanciona as formas de manifestação dos sentimentos, de tal modo que a forma de manifestação da dor precisa fazer sentido para o outro. A dor, embora singular para quem a sente, traz a possibilidade de ser compartilhada em seu significado, que é uma realidade coletiva, visto que toda experiência individual se inscreve num campo de significações socialmente elaborado. As formas pelas quais expressamos nossos sentimentos não são naturalmente dadas, na verdade, “mais do que uma manifestação dos próprios sentimentos, é um modo de manifestá-los aos outros, pois assim é preciso fazer. Manifesta-se a si, exprimindo aos outros, por conta dos outros. É essencialmente uma ação simbólica” (MAUSS, 1979, p. 153).

Parece importante pontuar, também, seguindo a formulação de Cynthia Sarti (2001), que a dor é simbolizada em relação aos distintos lugares sociais ocupados pelos indivíduos - definidos devido a marcadores sociais como raça/cor, classe, gênero, sexualidade, idade, etc. Assim, o

---

7 De acordo com Cynthia Sarti, a figura da vítima emerge na contemporaneidade como uma das formas do sujeito se colocar subjetivamente diante da violência. Mas nem sempre foi assim: durante muito tempo esta figura esteve ausente dos discursos sobre a violência. Na verdade, segundo a autora, foram os eventos do século XX, em particular na Alemanha Nazista, que mudaram a sensibilidade em relação à violência e marcaram o reconhecimento público do sofrimento associado à violência, levando para o âmbito político a questão da elaboração desse sofrimento. Em suma, a figura da vítima marca o discurso contemporâneo sobre violência, como forma de reconhecimento social do sofrimento, que se define pela noção de direitos, ou seja, tal discurso volta-se para o sujeito que sofreu a violência, a partir de uma visão afirmativa desse sujeito como um sujeito de direitos. (SARTI, 2014, p. 82).

posicionamento social do indivíduo qualifica a sua dor e condiciona a sua reação frente a dor do outro: por um lado, pode haver maior ou menor tolerância à dor, conforme aquilo que se espera do indivíduo, segundo seu lugar no mundo social; por outro lado, a reação diante da dor do outro também é determinada por questões sociais (ou seja, nem todos são considerados dignos de nossa compaixão). Assim, algumas formas de dor/sofrimento (e de violência) podem ser encaradas como “esperadas”, como uma espécie de “destino” de membros de determinados grupos - muitas vezes, inclusive, também por membros do próprio grupo (SARTI, 2001, p. 9-10).

Neste trabalho, busco discutir como experiências de sofrimento resultantes de violência se inscrevem no curso da existência de quem as vivenciou, em sua vida cotidiana. Tal processo se dá ao longo do tempo, do curso de vida, uma vez que, como discutido por Veena Das (2011), as experiências permanecem, mas não da mesma maneira como aconteceram no momento da sua ocorrência, isto é, são (re)elaboradas de outro modo. Neste sentido, para a elaboração do sofrimento associado à violência, para que se dê o “trabalho do tempo”, o recurso à memória é essencial.

### **Sobre a memória**

Para discutir o papel da memória na elaboração e na inscrição de experiências de violência na subjetividade dos sujeitos é importante voltarmos para os trabalhos clássicos de Maurice Halbwachs (2004 [1925]; 1990 [1950]) sobre a memória coletiva. Para este autor, grosso modo, os sujeitos constroem suas memórias como membros de grupos sociais determinados e, neste processo, obrigatoriamente utilizam as convenções sociais disponíveis. Quaisquer que sejam as lembranças do passado — e por mais que possam parecer resultado de sentimentos, pensamentos e experiências exclusivamente individuais —, elas só podem existir a partir dos quadros sociais da memória. Deste modo, o passado só nos aparece a partir de configurações sociais disponíveis no presente.

Assim, os indivíduos usam a memória para reconstruir o que viveram a partir de sua localização no presente, atualizando o passado. Deste modo, recordar trata-se de trabalho sobre o tempo, que organiza o passado em relação ao presente. Enquanto preservação de experiências vividas, a memória tem a ver com a capacidade de, no presente, dar novos sentidos a acontecimentos e vivências do passado, ressignificando-as (AUGUSTO, 2011; SARTI, 2014, 2016).

Ao refletir sobre as formulações de Halbwachs sobre memória coletiva, Myrian Sepúlveda dos Santos (1998) afirma que os quadros sociais da memória encontram-se em contínuo movimento e reestruturação. Segundo a autora, há várias representações coletivas, conflitivas e em mudança,

referentes a diferentes grupos, por meio das quais indivíduos constituem suas identidades e memórias ao longo de suas vidas. E, para ela, poderíamos pensar estes múltiplos quadros sociais sempre em contínua transformação e passíveis a múltiplas apropriações devido a tensões e conflitos inerentes à sociedade<sup>8</sup>.

Ao processo de “trabalho do tempo” na elaboração de experiências de sofrimento associadas à violência, durante as rodas de conversa, darei mais atenção agora.

## **Resultados e discussão**

Nesta seção, irei refletir sobre as rodas de conversa. Para tanto, irei valer-me de minhas memórias - sendo estas apoiadas em minhas anotações feitas durante as rodas e, também, em entrevistas com alguns dos participantes - e das memórias de outros participantes entrevistados.

Como já discutido, para que uma situação seja entendida como violenta é necessário que haja reconhecimento social de que determinados atos são inaceitáveis, e na falta de significações socialmente compartilhadas cada sujeito erguerá fronteiras entre o que considera violento e aquilo que sequer chega a considerar problemático. Por isso, é fundamental que haja um lugar de inteligibilidade, que torne possível a escuta, lugar que requer, para sua existência, o reconhecimento social de dada forma de violência. Acredito que as Rodas de Conversa constituíram espaços privilegiados para a construção de reconhecimento social para determinadas categorias de violência<sup>9</sup>.

Todas as rodas de conversa foram auto-organizadas sendo, portanto, destinadas exclusivamente à participação de homens que se relacionam afetivo-sexualmente com outros homens (gays, bissexuais, pansexuais, etc)<sup>10</sup>. Isto porque partiu-se da ideia que, tendo em vista o caráter delicado dos assuntos discutidos e a falta de discussão em torno destes, as rodas deveriam ser compostas apenas por sujeitos aos quais tal discussão diz respeito mais diretamente. Todas as rodas começaram com uma rápida rodada de apresentações, visando conhecer nome, identidade sexual e interesse de cada um na roda de conversa. De modo geral, os participantes das rodas foram

8 Neste sentido, parece-me exemplar a atuação dos movimentos feministas e LGBTs em torno da questão das “violências específicas” que atingem os grupos aos quais dizem respeito. Tal atuação, tem resultado na elaboração de novas categorias de violência e, muitas vezes, no reconhecimento de que determinados atos e condutas não devem ser considerados aceitáveis (GROSSI, 1994; RAMOS e CARRARA, 2006; DEBERT e GREGORI, 2008).

9 Compartilhei minha posição explicitamente, durante as rodas de conversa, como quando afirmei, durante a segunda roda, que “violência é contexto, é disputa. O que estamos fazendo aqui é ressignificando, disputando significados... Assim como aconteceu com o estupro que o conceito foi ressignificado, que o entendimento do que é violência foi ressignificado...”.

10 Embora todas as rodas de conversa fossem abertas à participação de homens trans, essas foram compostas somente por pessoas que, ao menos à época, se auto-identificaram como cis. Importante citar que uma mulher, cis e heterossexual, participou da última roda de conversa com a anuência de todos os presentes.

homens gays universitários de cursos de humanas, o que pode estar relacionado ao fato das rodas terem sido organizadas por jovens universitários, sendo que duas delas ocorreram em universidades.

Em resposta ao meu questionamento inicial “o que os trouxe aqui hoje?” as respostas foram diversas: de pessoas que disseram ter curiosidade em relação ao assunto àqueles que estavam ali em busca de deter-se sobre seus relacionamentos (em geral já findados). Contudo, foi lugar comum nas falas iniciais que aquele era o primeiro espaço onde se estava tendo acesso a tal debate<sup>11</sup>. Neste sentido, é exemplar a fala de um dos entrevistados:

Faz muito pouco tempo que entrei em contato pela primeira vez com termos como "consentimento", "abuso", etc... Sempre quando conversava sobre essas coisas, isso acontecia estando entre amigas mulheres, falando sobre relações heterossexuais, sendo que o foco da discussão era a questão do machismo e da misoginia. Antes das rodas de conversa sobre abuso e relações abusivas entre homens, nunca tinha conversado publicamente sobre esse tipo de relação, somente em contexto de psicoterapia. Já vivi situações de abuso e um relacionamento abusivo, no entanto nunca entendia direito o que acontecia; sempre me sentia muito mal em situações que hoje identifico como abusivas, mas de maneira abstrata, sem conseguir concretizar ou pôr em palavras os sentimentos. Essas rodas de conversa foram uma forma de tornar esses sentimentos mais palpáveis e compreendê-los melhor. Acho que as rodas me permitiram enxergar o quão eram realmente abusivos eventos que me aconteceram no passado, por conta do paralelo estabelecido com vivências que outras pessoas relataram. (Entrevistado 2)

Como expresso na fala acima, o fato de tais assuntos não serem discutidos coletivamente não significa que os sujeitos não buscaram dar sentido ao sofrimento que os assolava. O sofrimento encontrava-se lá, mas não havia categorias socialmente compartilhadas que dessem conta de dar-lhe inteligibilidade social. Os indivíduos, numa narrativa bastante generalizada, diziam “não saber nomear o que estavam vivendo”, de tal modo que o sofrimento constituía em suas vidas um “conhecimento venenoso” (DAS, 2001).

Durante as rodas parece que cada indivíduo revisitou suas antigas relações, interrogando-as, em busca de compreender o modo por meio do qual se relacionaram, e, em alguns casos, entender o que sofreram, buscar explicações, justificativas. As rodas constituíram, assim, *locus* privilegiado para o tempo agir, para o “trabalho do tempo” (DAS, 1999). O tempo participou e agiu sobre a

---

<sup>11</sup> Neste sentido, é importante salientar que fui procurado por algumas pessoas que não foram à atividade - em geral por não se sentirem à vontade para participar, para compartilhar suas experiências em público - e me procuraram para conversar em particular.

percepção dessas relações. O que antes era tido como aceitável foi transformado, pelo tempo, pela discussão, em violência. Muitas das relações não eram tidas como abusivas até serem repensadas.

O processo de discussão e de elaboração coletiva de significados supõe o constante recurso às memórias dos próprios sujeitos. A este respeito, é importante salientar que o retorno ao passado sempre é mediado pela nossa localização no presente (HALBWACHS, 1925, 1950; AUGUSTO, 2011; SARTI, 2016). A partir das rodas, por exemplo, os participantes puderam se deter ante experiências de vida e questioná-las a partir de categorias e entendimentos que não possuíam à época em que tais experiências foram vividas.

Neste sentido, é importante pensarmos que experiências de violência envolvem ao menos dois momentos distintos (que muitas vezes não coincidem): o momento em que acontecem e quando elaboramos o que aconteceu, sendo que dar significado ao sofrimento relacionado a certas experiências e elaborá-las como violentas depende da possibilidade de encontrar meios para expressar socialmente essa dor; ou seja, não basta sentir a dor, para que esta possa ser associada a uma categoria de violência é preciso que haja significados sociais capazes de lhes conferir sentidos socialmente compartilhados (MARTINS e CRUZ, 2017).

Foi recorrente, entre os participantes das rodas de conversa, duas tentativas de significar suas próprias experiências. A primeira quando perceberam que havia “algo errado” com suas relações e buscaram conversar com uma ou outra amiga mulher a respeito. Esta primeira tentativa de elaboração, de acordo com as narrativas apresentadas durante as rodas, esbarrou inevitavelmente nos limites impostos pela “visão heterocentrada” (LUZ e GONÇALVES, 2014). É exemplar, neste sentido, a dúvida que amigas mulheres apresentaram em relação ao que lhes era dito: “mas será que sua relação foi abusiva mesmo?”. Acredito que é possível dizer que a falta de conceitos (ou de “representações coletivas”), que permitissem uma leitura daquele sofrimento como resultado de violência, contribuiu para a invisibilidade social de situações que, embora fossem envoltas de sofrimento, só atualmente podem ser consideradas, por grupos cada vez menos restritos, como resultado de violência.

A outra tentativa de elaboração ocorreu quando a perspectiva heterocentrada foi questionada e buscou-se entender os modos de homens se relacionarem e as particularidades que lhes são características em discussões coletivas, como nas Rodas de Conversa, onde se estabeleceram disputas em torno de “representações coletivas” e outros conceitos puderam ser elaborados e passaram a poder ser disputados entre diferentes grupos e, eventualmente, compartilhados por grupos cada vez menos restritos.

A partir das rodas conversa, eu passei a repensar as relações que eu já tive e na maioria delas eu tinha me colocado como potencial abusador e resolvi conversar com as pessoas que eu achava que eu podia ter sido abusador, e elas negaram...Mas não quer dizer que não tenha acontecido, talvez ainda não tenham pensando...

(...)

Me acalmou um pouco eles terem negado, não vou negar.... Mas eu acho que se eles pararem para pensar um pouco... Não que eu tenha sido abusador... Até porque as nossas relações... Mas eu acho que havia traços, que agora eu tento perceber e controlar um pouco mais, tanto contra mim quanto eu aplicando... (Entrevistado 1)

Outro ponto muito importante, é que durante as rodas de conversa foi latente a fragilidade e a ambiguidade da dicotomia vítima/agressor. Não raro, os sujeitos oscilaram entre os diferentes polos da dicotomia, como no caso do “entrevistado 1” que tinha dúvidas se teria sido o agressor em relações anteriores e considera que já foi o polo vitimado em uma de suas relações. A respeito de tal ambiguidade o entrevistado afirmou que

Como já tinha a ideia de que eu havia sido uma vítima, e foi bem ruim, aí eu falei “nossa, se eu fui essa pessoa para alguém, eu sou uma pessoa bem ruim, bem escrota...” (Entrevistado 1)

Em sentido semelhante, em uma das rodas de conversa, um dos participantes questionou: “Como se relacionar depois de ser abusado?”, ao que outro respondeu: “As relações nas quais mais me senti abusado foram com pessoas que já tinham sido abusadas e se legitimam no lugar da vítima pela experiência da dor e me consumiam o tempo inteiro”. Estas duas falas também reforçam o caráter frágil e ambíguo inerente às figuras de vítima e agressor.

Os participantes, em geral, atribuíram esta ambiguidade ao fato de considerarem que gênero não possui grande relevância na conformação de suas relações (em comparação a relações heterossexuais). Gênero é percebido, deste modo, como um marcador menos relevante em relações homossexuais - permito-me fazer o adendo de que menos relevante, não ausente, pois se não há propriamente a oposição homem/mulher, há diferentes masculinidades interagindo e a dicotomia ativo/passivo parece conformar hierarquias em tais relações<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Este ponto é interessante, pois parece indicar que uma “visão estruturalista” da violência parece encontrar respaldo no imaginário social, embora seja largamente questionada, desde os anos 1990, por diversas autoras. Para uma discussão sobre violência entre LGBTs a partir de uma perspectiva relacional cf. MARTINS e CRUZ, 2017.

Outra explicação mobilizada para explicar a violência em relações homoeróticas, foi a partir dos padrões de socialização masculina: “se somos socializados para ser duros, para não ligar para os outros. Se não há possibilidade de violência, nada é lido como violento”.

Parece que, para os participantes, a socialização masculina acaba resultando na reprodução de hierarquias, como as pautadas na posição sexual (ativo/passivo). “Apesar disso”, eu disse em uma das rodas de conversa, “nossas relações não são meras reproduções de relações heterossexuais e refletir sobre relações abusivas entre homens mostra justamente isso, já que nesse caso somos ambos potenciais vítimas e potenciais agressores”.

Em suma, como espero ter demonstrado, as rodas de conversa foram espaços privilegiados para a disputa por significados e para a ressignificação ou mesmo para a “construção” de categorias de violência. Nestes espaços os sujeitos puderam falar e ouvir, partilharam experiências particulares e, ao fazê-lo, por meio da discussão, atribuíram a elas significados compartilhados.

## **Conclusões**

A atuação dos movimentos feministas e LGBTs, desde meados dos anos 1970, no Brasil, têm sido essencial na disputa e configuração de novos conceitos, de novas representações coletivas, em torno de questões relativas à vida íntima e sexual e também referentes a categorias de violências sofridas por tais grupos.

A experiência de organizar estas rodas de conversa levou-me a crer que é essencial debatermos abertamente relações violentas entre pessoas LGBT ou *queer*, pois isso contribui para construirmos coletivamente os significados concernentes a essas relações o que permite nos fortalecermos enquanto sujeitos e, no limite, fortalecer nossos próprios movimentos políticos. Deter-me sobre o processo de inscrição de experiências de violência na vida cotidiana dos sujeitos que participaram das rodas de conversa, permitiu-me percebê-las como espaços privilegiados para os indivíduos disputarem significados, para ressignificá-los ou mesmo para a elaboração de categorias coletivas (que acredito que podem vir a ser disputadas em contextos cada vez mais amplos).

Assim, parece que estas rodas de conversa que organizei fazem parte de um processo mais amplo que visa uma “nova politização do pessoal”: se, outrora, para o movimento homossexual isso significou buscar legitimar nossas formas de nos relacionar como positivas, agora estaria em jogo nos voltarmos a elas de maneira crítica, a fim de que possamos buscar a construção de modos não violentos de nos relacionar.

## Agradecimentos

Agradeço aos companheiros de diferentes momentos deste rico percurso: Alex Salto, Alexandre Martins, Guiga Lemos, Ivo Soares e Leonardo Rudi. Agradeço também à Fernanda Kalianny Martins pelo incentivo, em diferentes ocasiões, para que eu me dedicasse a tais questões.

## Referências bibliográficas

AUGUSTO, M. H. O. Tempo, memória e identidade - algumas considerações. **Política & Trabalho**, v. 34, p. 41-72, 2011.

BECKER, H. "De que lado estamos?" In: Becker, H. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, pp. 122-136.

BIRMAN, J. Interpretação e Representação na Saúde Coletiva. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, v. 1, n. 2, p. 7-22, 1991.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro. 2001.

\_\_\_\_\_. "Porque devem as ciências sociais ser tomadas como objecto?". In: BOURDIEU, Pierre. **Para uma Sociologia da Ciência**. Lisboa: Edições 70. 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. Existe Violência Sem Agressão Moral?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 135-146, 2008.

CRUZ, J. F. Precisamos falar sobre o sexo e a afetividade gay. **Os entendidos**, São Paulo, 04 de out. 2016. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2016/10/04/precisamos-falar-sobre-o-sexo-e-afetividade-gay/>>. Acesso em: 31 de dezembro de 2016.

DAS, V. Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **RBCS**. vol.14 n.40, junho/1999

\_\_\_\_\_. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos pagu**. (37), julho-dezembro, 2001.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 165-185, 2008.

DURKHEIM, E. **As formas elementares da vida religiosa** - o sistema totêmico na Austrália. Martins Fontes: São Paulo. 2003 [1912].

ELLIS, C.; et alii. Autoetnografia: um panorama. **Astrolábio**, n.14, 2015.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. Convenções de gênero, sexualidade e violência: pesquisa com participantes dos eventos do Orgulho LGBT de São Paulo - 2009. **Latitude** (UFAL), v. 7, p. 11-30, 2013.

GROSSI, M. P. Velhas e Novas Violências Contra A Mulher: 15 Anos de Lutas e Estudos Feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. ESP., p. 473-484, 1994.

HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**. Anthropos Editorial: Barcelona. 2004 [1925].

\_\_\_\_\_. **A memória coletiva**. Edições Vértice: São Paulo. 1990 [1950].

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*. (5) 1995.

LUZ, R. R.; GONCALVES, H. S. Violência doméstica entre casais homossexuais: a violência invisível. **Bagoas**: Revista de Estudos Gays, v. 8, p. 79-99, 2014.

MARTINS, A. N.; CRUZ, J. F. Violência entre LGBTQ: precisamos politizar nossas relações. **Esquerda Online**, 03 abr. 2017. Disponível em: <<http://esquerdaonline.com.br/2017/04/03/violencia-entre-lgbtq-precisamos-politizar-nossas-relacoes/>>. Acesso em: 26 de jul. 2017.

MAUSS, M. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: OLIVEIRA, R. C. (Org.). **Mauss**. São Paulo: Ática, 1979, p. 147-53. (Grandes Cientistas Sociais, 11).

RAMOS, S.; CARRARA, S. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. **Physis - Revista de Saúde Coletiva**, v. 16, p. 185-205, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 13, n.38, p. 151-165, 1998.

SARTI, C. A. Narrar a dor: o livro K e outras narrativas. **Interseções - revista de estudos interdisciplinares**, v. 18, p. 307-323, 2016.

\_\_\_\_\_. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, p. 77-105, 2014.

\_\_\_\_\_. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, v. 24, p. 51-61, 2011.

\_\_\_\_\_. A dor, o indivíduo e a cultura. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 10, n.1, p. 3-13, 2001.

SIMIÃO, D. S. Representando corpo e violência: a invenção da 'violência doméstica' em Timor-Leste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21, n.60, p. 133-145, 2006.